

Trabalho e desemprego: mulheres na Região do Vale dos Sinos-RS

Sueli Maria Cabral¹

Marília Verissimo Veronese²

Resumo: O Brasil tem registrado, nos últimos cinco anos, altos índices de desemprego, cujos efeitos refletem de forma contundente na sociedade. Nesse cenário, as mulheres estão entre os grupos mais vulneráveis. Assim sendo, este artigo tem como objetivo identificar características da experiência de mulheres desempregadas na região do Vale do Sinos - RS. Trata-se de uma pesquisa observacional, do tipo *survey*, de corte transversal, com amostra não probabilística. Como instrumento, foi utilizado um questionário biossociodemográfico, construído pelas autoras. Participaram da pesquisa 125 mulheres em situação de não trabalho, com idade média de 37 anos. Os dados foram analisados através de estatística descritiva e apontaram que: o motivo para 50,4% das entrevistadas estarem procurando trabalho é a redução do quadro de funcionários no emprego anterior; 48% das participantes sobrevivem com ajuda da família; 36% declararam que o desemprego foi responsável por algum problema de saúde; 58,4% consideraram seu nível de qualidade de vida ruim; e, em média, o tempo de procura de emprego entre as entrevistadas foi de 11 meses. Relatam vários problemas de saúde física e mental, concluindo-se que o desemprego tem afetado significativamente o bem-estar das mulheres na região. A situação involuntária de não trabalho se comunica com o sofrimento, ou seja, estar desempregado pode significar não só fragilidade econômica, mas igualmente física, social e mental. Salienta-se a urgente necessidade de investimento em políticas de emprego/geração de renda, com foco nas mulheres, na região do Vale do Rio dos Sinos.

Palavras-chave: Desemprego Feminino; Vale dos Sinos; Mercado de Trabalho.

Work and Unemployment: Women in the Region of Vale dos Sinos

Abstract: Brazil has registered, in the last few years, high rates of unemployment, whose effects strongly reflect in the society. In this scenario, according to data from IBGE, women are one of the most vulnerable groups. Therefore, this article seeks to identify the characteristics of the experience of unemployed women in the region of Vale dos Sinos – state of RS, south of Brazil. It is an observational survey research, with non-probabilistic sample. A bio-sociodemographic questionnaire was used as instrument. Participated in this research 125 women in unemployment situation, with median age of 37 years old. The data was analyzed through descriptive statistics and showed that: the reason 50,4% of the interviewees are looking for a job is the reduction of staff in the previous job; 48% of the participants survive with the assistance of their families; 36% declared that unemployment was a result of health issues; 58,4% considered their level of quality of life as low, and 11 months was the average time taken in search for

of non-work has to do with social suffering, that is to say, being unemployed might mean not just only economic frailty, but also physical, social and mental vulnerability. We highlight the urgent need for investment in employment / income generation policies, with a focus on women, in the Vale do Rio dos Sinos' region.

Keywords: Female Unemployment; Vale dos Sinos; Labor Market.

- 1 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Graduada em ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Adjunta da Universidade Feevale. Endereço: ERS-239, 2755, Novo Hamburgo, RS. CEP 93525-075. E-mail: suelicabral@feevale.br
- 2 Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Professora Titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

1 Contextualizando a temática: sobre o trabalho, o emprego e as perdas

O desenvolvimento do mercado de trabalho brasileiro é complexo e regionalmente diferenciado, marcado pela heterogeneidade e risco de exclusão de largos contingentes de trabalhadoras/es. Historicamente, com uma estrutura fundiária que não permitia a criação de uma camada de pequenos proprietários no campo, a industrialização passou a ser o caminho para a superação da miséria, o que culminou num processo de urbanização veloz e desestruturado. As décadas de 50 a 70 do século XX foram marcadas por um grande dinamismo industrial, apresentando tanto uma diversificação da estrutura como também uma expressiva expansão de oferta de postos de trabalho. No entanto, não foi suficiente para absorver a imensa mão-de-obra que se encontrava despejada nas cidades, fruto do êxodo rural ocasionado tanto pela estrutura fundiária como pela ausência de políticas sociais no campo.

No caso do Vale do Rio dos Sinos, região metropolitana de Porto Alegre, a industrialização foi responsável por intensas transformações sociais e econômicas. Para Oliveira (2018, p. 41):

[...]foi um processo que alterou profundamente a estrutura produtiva dos municípios do Vale dos Sinos, a partir da década de 70, recebendo milhares de trabalhadores de outras regiões do estado, migrando em busca de trabalho na indústria coureiro-calçadista da região. Em razão do aumento demográfico, nas cidades da região coureiro-calçadista, era comum o surgimento de paisagens urbanas contrastantes, que opunham a pobreza das favelas e sub habitações, às moradias dos operários de origem local. Devido à falta de planejamento urbano, moradias de pessoas menos abastadas eram construídas pelos próprios moradores, em regime de mutirão, para baixar custos, porém em áreas baldias na periferia urbana e sem licença do poder público.

Desse modo, fica claro como o crescimento econômico e da oferta de emprego não necessariamente resultam em melhoria das condições de vida da população trabalhadora como um todo. O crescimento econômico é distribuído de forma muito desigual em termos de variáveis como classe social, sexo, gênero, raça-etnia, território de pertença e geracionalidade (ZAMBONI, 2013).

Em perspectiva nacional, a incapacidade de absorver o excedente da mão-de-obra gerou duas características marcantes no mercado de trabalho brasileiro: 1) criação de pequenas atividades mercantis onde alguns trabalhadores se inseriam informalmente; 2) grande desnível entre a oferta e a procura de postos de trabalho que propiciou a associação da pobreza urbana aos baixos salários praticados no setor formal da economia. Essas circunstâncias, aliadas à intensa repressão à ação sindical, rebaixamento do salário mínimo após 1964 e a mudança na legislação, tornando-a mais flexível, viabilizaram o movimento constante dessa mão de obra. As características do trabalho taylorista-fordista desse período, baseada na fragmentação e simplicidade das tarefas, exigindo pouco tempo de formação, contribuíam para que houvesse uma feroz concorrência entre trabalhadores, numa ciranda de demissões e admissões. (CABRAL, 2015).

No Brasil, contudo, a década de 1980, contrariando o quadro internacional, foi marcada pelo ressurgimento do sindicalismo que procurava a regulamentação das relações de trabalho e pelo processo de redemocratização do país. No entanto, a estagnação produtiva que impedia o contínuo aumento de valorização do capital e, concomitantemente, a inserção de inovações técnicas e organizacionais, foram esboçando uma reestruturação da indústria nacional às exigências do mercado internacional. Simultaneamente, este quadro flexibilizava e desregulamentava cada vez mais o mercado de trabalho brasileiro.

Desta forma, a década foi marcada por uma estagnação da economia fruto da baixa taxa de investimentos, pelo lento ritmo de aumento do produto global, por empréstimos a juros muito altos e, conseqüentemente, por uma contenção das atividades econômicas e produtivas. No final dos anos 1980, 27% dos trabalhadores eram assalariados não-formais e 18,1% trabalhadores por conta própria: o que demonstra que menos da metade da população estava inserida em trabalhos assalariados formais. (OLIVEIRA,1998).

Nos anos 90 vivencia-se maior abertura comercial, o aprofundamento da reestruturação produtiva, a estabilização monetária, com o Plano Real, a apreciação cambial e a desregulamentação das várias esferas da economia e da sociedade. Este cenário influenciou negativamente o mercado de trabalho, resultando em desemprego e precarização das relações do trabalho. (CHAVES; TONI; KRELING, 2010)

No início dos anos 2000 as projeções dos altos níveis de desemprego e de informalidade começam a ser revertidas. O crescimento da economia nacional, a reestruturação de políticas de emprego e a ampliação de programas sociais destinados ao combate à pobreza favoreceram formalização e expansão de postos de trabalho, sobretudo no período de 2003 a 2014 (CEPAL, 2008; BALTAR, 2010, 2014). Contudo, a partir de crise de 2015, com a queda das atividades econômicas, o mercado de trabalho brasileiro se retrai. Taxas de juros elevadas, redução da taxa de crescimento e crise política resultaram em medidas que não foram capazes de diminuir os avanços do nível de desemprego e da precarização dos postos de trabalho.

Entretanto, numa perspectiva global, conforme Castel (2015), a despeito dos anos promissores no Brasil do início do século XXI, as últimas quatro décadas testemunharam a crise do projeto de sociedade salarial, isso é, aquela em que os indivíduos têm sua cidadania definida pela condição de trabalhador assalariado e o assalariamento é o eixo central da organização do corpo social. Na sociedade salarial, o trabalho tornou-se uma exigência social devido à sua utilidade, daí justificar-se atrelar a ele não apenas um salário, mas todo um conjunto de proteções sociais. O assalariamento seria uma espécie de reconhecimento, por parte da sociedade, da utilidade social do trabalhador, por isso uma espécie de visto de entrada à sociedade na condição de consumidor (LEITE, 2020).

Para Antunes (2011, 2018) instabilidades e inseguranças estão cada vez mais presentes no mundo do trabalho; destaca, ainda, que o trabalho autônomo e o auto empreendimento são, atualmente, formas de sobrevivência e não de escolha. Este novo cenário, resultado das mudanças tecnológicas e econômicas das últimas décadas, trouxe novos significados ao trabalho. Tais mudanças acabaram exercendo no trabalhador forte pressão emocional, em função da contínua ameaça de ficar desempregado. O banimento do mundo do trabalho tem como consequência a exclusão de vários aspectos da vida em sociedade, ou seja, indivíduos desempregados perdem elementos importantes que dão um sentido de segurança à sua vida.

Nesta perspectiva é possível afirmar que o trabalho é um dos principais responsáveis pelas referências econômica, social, cultural e, principalmente, psicológica dos indivíduos (CASTEL, 2015); as incertezas geradas pelos novos processos e vínculos precários de trabalho, bem como o medo do próprio desemprego, resultam em experiências de insegurança, vulnerabilidade e sofrimento social.

Para Castel (2015), a questão social caracteriza-se por “uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do

conjunto (p. 41)”. Essas considerações partem da identificação de uma correlação profunda entre o lugar ocupado pelo sujeito na divisão social do trabalho e sua participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção. O autor esclarece que, ainda no século XV, as intervenções públicas prestavam assistências aos improdutivos (miseráveis, vagabundos, indigentes) em prol de um status da ordem moral pública, causada por uma conjuntura econômica e social desfavorável. O Estado agia, assim, como avalista da organização e do trabalho e como regulador da mobilidade laboral e os destinatários dessa assistência diferiam pelo fato de poderem ou não trabalhar. Dessa forma, o tratamento dado era substancialmente distinto.

Observa-se que Castel (2015) aprofunda sua análise por meio de um modelo teórico que explicita esse conjunto em basicamente três grupos ou zonas, quais sejam: a) Zona de Integração: correspondente à coesão social com trabalho estável e à inserção relacional sólida; b) Zona de Vulnerabilidade ou Zona Intermediária: correspondente a uma vulnerabilidade social, que conjuga trabalho precário e fragilidade dos suportes de proteção; e c) Zona de Desfiliação: condição de sujeito que está em um ‘espaço’ onde há ausência de participação produtiva e isolamento relacional.

De acordo com Oshiro e Marques (2016), a compreensão sobre o desemprego assume determinado contexto e fronteiras, demandando análises que considerem as diferentes relações existentes na sociedade analisada. Assim, ele deve ser compreendido como historicamente determinado e com significados e características que se revelam diferenciadas, conforme a região ou o país onde se apresenta (GAUTIE, 1998; CASTEL, 2015).

As teorias sobre o desemprego revelam, pois, um fenômeno social muito complexo, provocado por diversas causas que atingem, de forma desigual, os distintos grupos que compõem a força de trabalho. Por essa razão, não há uma explicação única e suficiente para dar conta do entendimento desse problema; pelo contrário, é necessário reunir as diversas explicações parciais e integrá-las, tanto no momento de compreender o fenômeno quanto no de formular políticas públicas para combatê-lo.

Importante considerar, também, que o conceito de desemprego não remete apenas à falta de emprego ou trabalho; trata-se de uma construção social, histórica e econômica. De acordo com Ribeiro (2007), Barros e Oliveira (2009), Deddeca (2009), Pochmann (2015) e Antunes (2011, 2018), o desemprego está relacionado a questões estruturais bastante objetivas, como crise econômica, mudanças no mercado de trabalho, relações legais de trabalho, negociações salariais desiguais e inovações tecnológicas, entre outros aspectos. Igualmente inclui questões subjetivas, que se correlacionam não apenas com aspectos exteriores ao indivíduo, mas em equilíbrios instáveis entre a dimensão da biografia com o da sociedade de entorno. Nesse sentido, as causas do desemprego “estão além de problemas do indivíduo ou no indivíduo, mas se inter-relacionam com fatores macrossociais e históricos” (BARROS; OLIVEIRA, 2009, p. 89).

Conforme comenta Bauman (2001, p. 87):

Talvez o termo “remendar” capte melhor a nova natureza do trabalho separado do grande projeto de missão universalmente partilhada da humanidade e do não menos grandioso projeto de uma vocação para toda a vida. O trabalho não pode mais oferecer o eixo seguro em torno do qual envolver e fixar autodefinições, identidades e projetos de vida.

Antunes (2008) lembra que é um erro pensarmos no fim do trabalho na sociedade atual que é ainda produtora de mercadorias; é necessário que entendamos quais as mutações e metamorfoses que estão

ocorrendo no mundo contemporâneo e nos modos de trabalhar que lhe são próprios. Novas configurações da sociedade têm provocado uma heterogeneidade que se evidencia no próprio ambiente cotidiano de todas as relações sociais, sobretudo, ao refletirmos sobre o mundo do trabalho.

É pertinente destacar, portanto, que independente do cenário, a maioria dos indivíduos passam boa parte de suas vidas no trabalho. As relações vivenciadas neste contexto se consubstanciam em sentidos individuais e sociais, sendo um elemento importante da estruturação da identidade dos sujeitos. O trabalho proporciona um acesso a contextos que contrastam com o meio doméstico, uma base para a aquisição e o exercício das aptidões e das habilidades e uma estrutura temporal. A partir das atividades do trabalho construímos laços de amizade e oportunidades de participação em atividades comuns com outras pessoas, neste sentido, trata-se de um elemento estruturador na composição psicológica das pessoas e no ciclo de suas vidas diárias. (GIDDENS, 2002).

Desta forma o desemprego torna-se uma questão social relevante, uma vez que ao trazer consigo a convivência contínua com situações de ausências (dinheiro, contato social, possibilidade de realizar planos de longo prazo, status, autoestima, entre outros) o desemprego adquire um papel multidimensional nos processos de interações sociais. Destaca-se, outrossim, que comparativamente às pessoas que têm trabalho, as pessoas desempregadas correm o dobro do risco de sofrer de problemas psicológicos, tais como depressão, ansiedade, sintomas psicossomáticos, baixo bem-estar psicológico e autoestima baixa. (PAUL; MOSER, 2009).

Assim, sintetizando, o Brasil tem registrado, atualmente, altos índices de desemprego, resultado não apenas da crise política e social dos últimos anos, mas da reestruturação produtiva e de suas alterações no mercado de trabalho nas últimas décadas. Segundo dados do IBGE (2019), no segundo trimestre de 2019, o desemprego atingiu, em média, 13 milhões de pessoas, representando uma taxa de 12%. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019), o índice brasileiro de desemprego é superior ao dobro da média mundial, que corresponde a 5% em 2019. Trata-se de dados preocupantes, uma vez que o desemprego é uma questão social que afeta de forma decisiva a vida humana, pois os sujeitos que se encontram em uma situação involuntária de não trabalho acabam por vivenciar relevante desarticulação nas interações pessoais, o que oportuniza a constituição de uma identidade social fragilizada, desfilhada e considerada de menor valor.

Considerando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD -Contínua, no segundo trimestre de 2019, o Brasil contava com 13 milhões de desempregados, sendo que os mais afetados eram as mulheres, os negros e os jovens. Especificamente quanto ao desemprego entre as mulheres, elas representam 51% do número total (IBGE, 2019).

2 O Desemprego Feminino

A cultura patriarcal ainda é muito presente no Brasil e a figura feminina está ligada, histórica e culturalmente, aos cuidados da casa, do marido, dos filhos, dos irmãos mais novos e dos idosos. Embora desempenhem muitas outras funções sociais, elas são mais cobradas do que os homens em relação à esfera doméstica. Há que se destacar que a divisão sexual do trabalho é uma construção social, não se tratando de uma condição rígida e imutável e suas modalidades variam no tempo e no espaço. (KERGOAT, 2009)

Em termos históricos, a entrada das mulheres nos mercados de trabalho, para além dos serviços domésticos e de costureira, ocorreu efetivamente na Revolução Industrial, em especial devido à necessidade que as famílias empobrecidas tinham de maiores ganhos. A mulher trabalhadora representava o barateamento da mão de obra e maior facilidade no processo disciplinar do trabalho; sua jornada chegava a 17 horas diárias e não raro era submetida a condições insalubres, de espancamentos e humilhações, além de receber salários até 60% menores que os dos homens. (CESIT/IE – UNICAMP, 2017)

Segundo Hobsbawm (2014), já a partir da Revolução Francesa foram introduzidas mudanças nos papéis da mulher no espaço social, embora o autor afirmasse que a mais expressiva delas ocorreu no ‘curto’ século XX.

Uma grande mudança que afetou a classe operária, e a maioria de outros setores das sociedades desenvolvidas, foi o papel impressionantemente maior nela desempenhado pelas mulheres; e sobretudo — fenômeno novo e revolucionário — as mulheres casadas. (HOBSBAWN, 1995, p. 242)

O estudo realizado por Soares, Melo e Bandeira (2014) analisou a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro desde o censo de 1872 e apresenta dados relevantes que contribuem para a reflexão sobre mulher e trabalho. Por exemplo, em 1872, o percentual de população feminina *com profissão* era 52% de empregadas domésticas ou costureiras. No censo demográfico de 1920 o trabalho não remunerado (serviços domésticos) foi excluído da análise e então o nível de participação feminina caiu para 17%. A participação feminina só voltará a ser mais expressiva na década de 1990 (30,5%).

Para Saffioti (2013), o processo de urbanização ocorrido no Brasil nos anos 30 do século XX não resultou no aumento das mulheres na composição da força de trabalho; inclusive, entre as décadas de 30 e 50 cresce a presença em atividades domésticas não remuneradas e a respectiva queda nas atividades econômicas remuneradas. As mulheres, quando pagas, eram incorporadas em atividades tradicionais como os serviços domésticos, sociais, educacionais e de saúde.

Nos anos 1970, como resultado das transformações demográficas, culturais e sociais que vinham ocorrendo no país e no mundo, o crescente acesso às universidades, a queda da fecundidade e os próprios movimentos feministas, a presença das mulheres no mercado de trabalho se intensificou. (BRUSCHINI, 2004). A partir de 1980, conforme demonstram os dados do censo daquele ano, cresce de forma contínua a participação das mulheres entre a população ocupada, chegando a 44% em 2010 e 45,6% em 2019. As mulheres acabam por se destacar (numericamente) nas áreas de ciências humanas e sociais, biológicas e da saúde, enquanto os homens se concentram em ciências exatas, tecnológicas e agrárias. (CESIT/IE – UNICAMP, 2017).

No entanto, as responsabilidades com a vida doméstica – família, filhos, idosos, alimentação, limpeza - são elementos que não podem ser desconsiderados quando se discute a presença da mulher na dinâmica do mundo do trabalho. De acordo com o IBGE (2019) a quantidade de horas dedicadas pelos brasileiros para a realização de afazeres domésticos e cuidados com pessoas é maior entre as mulheres do que entre os homens: as mulheres dedicam 21,3 horas semanais a essas duas atividades e entre os homens elas caem para 10,9 horas semanais, ou seja, as articulações com o mundo produtivo também envolvem, na maioria das vezes, questões do âmbito doméstico. O tempo gasto por elas significa privilégio para eles, deixando-os mais livres para dedicar tempo à carreira profissional.

Ainda considerando os dados do IBGE (2019), o desemprego no Brasil atinge especificamente um grupo com certa faixa etária, determinada cor e gênero, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no segundo trimestre de 2019 o Brasil contava com 13 milhões de desempregados, sendo que as mais afetadas deste grupo eram as mulheres, bem como os negros e os jovens.

Especificamente quanto ao desemprego entre as mulheres, dos 13 milhões de desempregados, 51% são mulheres e 49% são homens. A taxa de desemprego que na média ficou em 12,4%, entre as mulheres foi maior 14,2% e entre os homens 11%, o que sinaliza que as mulheres têm mais dificuldade de encontrar emprego e se manter empregadas.

Ademais, de acordo com Teixeira e Krein (2017), a informalidade e a precariedade do trabalho no Brasil também têm gênero. Exemplo disso é o setor de vestuário, confecções e calçados, que emprega, no Brasil, mais de 3,2 milhões de trabalhadores, sendo que 71% são mulheres. A maior parte trabalha em condições de informalidade, sem direitos e proteção social, uma vez que as grandes empresas contratam oficinas que, na maior parte das vezes, são legalizadas; entretanto, distribuem o serviço a outras, menores, sem registro, em que o trabalho é realizado no próprio domicílio.

Nota-se, portanto, que quando o tema é a dinâmica do mercado de trabalho feminino, é necessário que a compreensão do fenômeno seja feita a partir de uma relação entre o desemprego e o lugar ocupado pelo sujeito mulher na divisão social do trabalho. Neste sentido, o entendimento das ‘Zonas de Vulnerabilidade e Desfiliação’ (CASTEL,1997) nos permite compreender tanto a vulnerabilidade presente no trabalho precário e suas fragilidades de suporte social, quando o espaço de ausência de participação produtiva.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018) as mulheres não são menos propensas a participar no mercado de trabalho, mas aquelas que participam são menos propensas a encontrar emprego com proteção social. Em 2018, A taxa mundial de desemprego feminino, de 6%, superou a dos homens ao redor 0,8 pontos percentuais. A consequente relação entre as taxas de desemprego entre homens e mulheres foi de 1,2 em 2018. De acordo com as projeções, em 2021 essa relação permanecerá estável nos países em economias emergentes, refletindo uma deterioração da posição relativa das mulheres em termos de desemprego observado no mundo na última década.

3 Caminhos Metodológicos

A pesquisa de campo, que visou analisar registro empírico significativo da realidade descrita até aqui, foi realizada na região do Vale dos Sinos, que ao longo da década de 1990 passou por profundas transformações produtivas, fruto das adversidades do ambiente macroeconômico, desde o Plano Collor em 1990. Este contexto reposicionou as empresas que acabaram por se inserir cada vez mais no mercado internacionalizado, repercutindo de forma decisiva - e negativa, no que se refere ao emprego formal - no mercado de trabalho regional. (SCHNEIDER; SPEROTTO, 2008)

Trata-se, portanto, de uma região que passou por uma aguda transformação em sua matriz produtiva nas últimas décadas, ou seja, de uma região proeminentemente industrial, com grandes plantas produtivas que empregavam milhares de trabalhadores, principalmente na indústria calçadista, que migrou para uma

matriz econômica diversificada, com grande predomínio nos serviços, incapazes de absorver toda a mão de obra sobrando no processo.

Sua anterior importância no cenário nacional foi muito bem documentada na tese de Rodrigo Perla Martins (2011):

Como se pode notar, nesse conjunto de informações, os incentivos e créditos estatais nas três esferas governamentais, principalmente federais, determinaram de alguma forma a expansão manufatureira e a exportação do calçado. Como não havia capital acumulado e as fortunas familiares do início do século XX não conseguiram responder ao chamado do sistema capitalista global, como no restrito mercado local-regional-nacional, até a década de 60, o estado brasileiro encarregou-se do financiamento para o aumento da produção e exportação, com vistas à mudança de perfil do país do ponto de vista econômico. O capital estatal financiou a expansão produtiva e sua exportação. Em contrapartida, o calçado contribuiu para o país deixar de ser uma periferia agrícola, para transformar-se em uma semiperiferia fornecedora de manufatura. (p. 73)

Ressalta-se que, conforme a revisão bibliográfica realizada, são poucos os estudos atuais que tenham realizado um diagnóstico da estrutura e das características do trabalho feminino na região do Vale dos Sinos, contemplando os efeitos diante das mudanças ocorridas no mercado de trabalho nas últimas décadas. Considerando os cenários passado e presente, entendemos ser importante produzir estudos que ajudem a compreender como a dinâmica do mercado de trabalho da região vem afetando milhares de trabalhadoras.

Assim sendo, este estudo objetivou construir o perfil de um grupo de mulheres desempregadas da região do Vale dos Sinos - RS, a fim de verificar possíveis relações com os dados sobre o desemprego nacionais e as literaturas adjacentes ao tema.

Trata-se de uma pesquisa do tipo *survey*, de corte transversal, com uma amostra não probabilística por conveniência. A pesquisa *survey descritiva* pode ser definida como o processo de obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões que estão manifestos em um grupo de pessoas, com uma hipótese não causal, mas tendo o propósito de verificar se a percepção dos fatos está ou não de acordo com a realidade (BABBIE, 2003).

Para coleta de dados, foram realizadas 125 entrevistas com mulheres desempregadas, utilizando um questionário biossociodemográfico, construído pelas autoras da pesquisa. Para a caracterização, foram usadas informações quanto ao sexo, à idade e à escolaridade. O questionário investigou situação do emprego anterior, do desemprego atual e autopercepção sobre as consequências físicas na saúde das entrevistadas em função do desemprego. Os critérios de exclusão utilizados foram: ser maior de 18 anos e ter exercido alguma atividade de forma regular nos sete dias anteriores à pesquisa.

A pesquisa foi realizada em 11 municípios do Vale dos Sinos (Canoas, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul) e as entrevistadas foram abordadas em diferentes pontos de grande concentração e movimentação de pessoas, como estações do Trensurb (trem intermunicipal que liga essas cidades à capital, Porto Alegre), praças públicas e agências do SINE (Sistema Nacional de Emprego). As entrevistas tiveram duração, em média, de 15 minutos e ocorreram entre os meses de setembro de 2018 e janeiro de 2019. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Feevale sob o número CAAE 73192917.3.0000.5348

4 Análise e Discussão dos Resultados

No que se refere à caracterização sociodemográfica das entrevistadas, 63,2% disseram ser solteiras ou separadas; 68,8% declararam ser brancas e a média de idade encontrada foi de 37 anos (σ 13,8). Sobre maternidade e número de filhos, 74,4% eram mães, sendo que a maioria (60,8%) têm de um a dois filhos, 3,3% têm 5 filhos ou mais. Quanto à escolaridade, 28,8% não concluiu o Ensino Fundamental, 28% havia concluído o Ensino Médio e 20% cursava ou havia concluído o Ensino Superior. Apesar de não ser objeto específico desta investigação, chama atenção o fato de a maior parte das mulheres desempregadas ter filhos. Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas com 125 mil mulheres, no Brasil, apontou que dois anos depois da licença maternidade, 48% das participantes investigadas estavam desempregadas (MACHADO; NETO, 2016). Esses dados reforçam a importância da ampliação do acesso às políticas públicas voltadas à educação e ao cuidado dos filhos, permitindo a entrada e ou a manutenção das mulheres no mercado de trabalho, especialmente daquelas que possuem menor renda (OLIVEIRA, SCORZAFAVE; TOLDO PAZELLO, 2009).

Quanto à busca por trabalho, 86,4% das entrevistas têm procurado trabalho regularmente. No que se refere ao grupo que não procurou trabalho nos 7 a 30 dias anteriores à pesquisa, 82,4% declararam que foi devido a problemas de saúde. Nesse sentido, cabe destacar um estudo realizado por Oliveira e Mendes (2014) com pessoas desempregadas em Brasília, o qual identificou que a busca permanente por trabalho era uma estratégia de se manterem ocupados, prestando contas a si mesmos e aos seus grupos sociais, além de se mostrarem ativos ao invés de acomodados. Essa mesma investigação observou que os participantes se ocupavam o máximo possível com diversas atividades como estratégia para lidar com o sofrimento psíquico, negando a angústia gerada pelo desemprego.

O tempo médio de procura por trabalho das entrevistadas foi de 11 meses (σ 10,8) e 60% procuraram por menos de um ano. Esses dados se aproximam dos informados pelo IBGE (2019), em que a maioria das pessoas que procuram trabalho estão na condição de desempregadas há menos de um ano. Essa parcela da população soma 8,2 milhões de trabalhadores, o que representa 61,1% do total. Destaca-se que 50,4% das entrevistadas estão procurando trabalho em função de redução do quadro de funcionários do antigo emprego, 20,8% por término de contrato de trabalho temporário e 13,6% porque a empresa em que trabalhavam fechou.

Quanto à forma de procurar emprego, 58,4% utilizam as redes sociais para verificar a existência de vagas e efetivar a candidatura, seguido de agência de empregos (16,8%). Apenas 8,8% utilizam o SINE, contato pessoal com a empresa ou indicação. Esses dados podem ser utilizados para problematizar o papel do SINE frente ao seu objetivo de “intermediação de mão-de-obra (sic) que visa colocar trabalhadores no mercado de trabalho, por meio de vagas captadas junto a empregadores” (MTE, 2019, s.p.). Talvez essa política também possa ser pensada como espaço de formação continuada, rede de apoio aos desempregados, inclusão social e promoção de saúde. Importante considerar que nenhuma das respondentes indicou o jornal impresso como meio de encontrar uma ocupação, conforme Tabela 1, que distribui as investigadas em relação à procura por trabalho, bem como aos seus motivos e formas.

Tabela 1: Distribuição das investigadas em relação à procura por trabalho

VARIÁVEIS	N	%
Procurou trabalho nos últimos 7 dias		
Sim	108	86,4
Não	17	13,6
Procurou trabalho nos últimos 30 dias		
Sim	108	86,4
Não	17	13,6
Motivos para não procurar trabalho nos últimos 30 dias		
Problemas de saúde	14	82,4
Motivos pessoais – falta de dinheiro	2	11,7
Estudo	1	5,9
Forma de procurar trabalho		
Agência de Empregos	21	16,8
Agência de Empregos Virtuais	6	4,8
Facebook	14	11,2
Redes Sociais	73	58,4
SINE ou contato pessoal com a empresa	11	8,8

Fonte: elaboração das autoras a partir dos dados da pesquisa

Tabela 2: Distribuição das investigadas em relação à dificuldade de encontrar trabalho

Por que você acha que está difícil encontrar um trabalho		
Situação econômica do país	94	75,2
Alta exigência de qualificação/formação	23	18,4
Idade	8	6,4

Fonte: elaboração das autoras a partir dos dados da pesquisa.

Sobre a situação de desemprego, os dados mostram que a última ocupação da maioria das mulheres entrevistadas era na área de Serviços Gerais (37,6%), oriundas da indústria de pequeno e médio porte, sendo que, para 82,4%, os desligamentos ocorreram entre os anos de 2017 e 2018. As informações obtidas reverberam os elementos estruturais do país, pois de acordo com o IBGE (2019), com a crise econômica brasileira, intensificada a partir de 2014, o número de desempregados no Brasil era, em média, de 6,7 milhões; em 2018, esse número aumentou para 12,8 milhões. Considerando a situação econômica das entrevistadas, todas declararam que o grupo familiar ao qual pertencem passa por grandes dificuldades financeiras, especialmente porque elas eram as principais responsáveis pela manutenção familiar, e 75,2% acredita que a situação econômica do país é a responsável pelo seu desemprego.

Tabela 3: Distribuição das investigadas de acordo com a última ocupação e rendimentos atuais

VARIÁVEIS	N	(%)
Última ocupação		
Área Administrativa	29	23,2
Atendente de Call Center	3	2,4
Costureira	9	7,2
Cuidadora de Idosos	5	4,0
Empregada Doméstica	10	8,0
Sem ocupação anterior	6	4,8
Operadora de Caixa	2	1,6
Operadora de Máquina	1	0,8
Secretária	1	0,8
Serviços Gerais	47	37,6
Vendedora	11	8,8
Voluntária	1	,8
Ano do desligamento		
2001/2009	6	4,8
2010/2016	16	12,8
2017/2018	103	82,4
Faixa Salarial do último emprego		
Até 01 salário mínimo	49	39,2
01 a 03 salários mínimos	75	60
04 a 10 salários mínimos	21	16,8
Principal(ais) de rendimento na atualidade		
Seguro desemprego	13	10,4
Outra(s) atividade (s) profissionais (Conta-própria, irregular e precárias)	41	32,8
Poupança	6	4,8
Cargo da família	60	48
Bolsa família/outros apoios sociais	5	4

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados da pesquisa.

Quanto aos aspetos econômicos do grupo, 60% recebiam, no seu último trabalho, de 1 a 3 salários mínimos, mas, ao perderem o emprego, 48% passaram a necessitar da ajuda de familiares para sobreviverem. Outro dado relevante é em relação ao trabalho informal: segundo a OIT (2018), 61% das pessoas que compõem a força de trabalho no mundo atuam de maneira informal - no Brasil, o número de trabalhadores por conta própria chegou, no segundo semestre de 2019, a 24 milhões e 100 mil pessoas, um crescimento de mais de 5% em relação ao mesmo trimestre de 2018. Os dados encontrados na presente pesquisa corroboram esse quadro, uma vez que 32,8% das entrevistadas realizam alguma atividade remunerada, por conta-própria, de forma irregular e precária. Cabe destacar que, no trabalho precário, o trabalhador assume sozinho os riscos empregatícios, isentando a responsabilidade dos empregadores e do próprio governo (KALLEBERG, 2009). Aspectos como a fragilização dos vínculos empregatícios, a competitividade elevada, as pressões impostas pela organização do trabalho e as más condições de trabalho e de saúde, características do trabalho precário, expõem o trabalhador à intensificação do adoecimento físico e mental (FRANCO, DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010).

Para 75,2% das entrevistadas, os programas do governo, como Bolsa Família e Seguro Desemprego, ajudam a melhorar a situação das pessoas desempregadas no país. Os dados também confirmaram que o desemprego não resulta apenas em problemas econômicos. Dentre as participantes, 36% afirmam que o desemprego causou algum tipo de problema de saúde e 35,2% declaram que os danos mais expressivos foram os psicológicos. Diante das recusas de suas candidaturas, o sentimento mais presente para 51,2% é o de incompetência. A relação que se observa entre “incompetência” (baixa autoestima) e desemprego vai ao encontro da literatura, sobretudo de estudos focados em outras populações e contextos, como o de Barros e Moreira (2015), que relacionam dois conceitos de natureza psicológica, autoestima e satisfação, com a vida de adultos portugueses em situação de desemprego, chegando à conclusão de que existe uma profunda correlação entre elas. Quanto questionadas, com maior especificidade, acerca dos efeitos físicos e mentais que o desemprego ocasionou, alguns pontos se destacaram: 83,2% sentiram-se mais impacientes com questões corriqueiras, 80,8% declaram um sentimento de incompetência, 47,2% declaram sentirem tensão muscular e 42,4% apresentam distúrbios de sono.

Tabela 4: Distribuição das investigadas em relação a problemas de saúde e sentimentos causados devido ao desemprego

VARIÁVEIS	N	(%)
Desemprego causou algum tipo de problema de saúde		
Sim	45	36,0
Não	80	64,0
Quais problemas físicos		
Nenhum	80	64
Físicos	1	0,8
Psicológicos	44	35,2
Diante das recusas de suas candidaturas, quais são os seus sentimentos		
Incompetente (pois outras pessoas conseguem)	64	51,2
Sem esperança no futuro	4	3,2
Muito triste	14	11,2
Desanimada	10	8
Muito nervosa, pois não sei como pagar as contas	15	12
Outros sentimentos	18	14,4
Efeitos físicos e mentais que o desemprego vem ocasionando (*)		
Tensão muscular	59	47,2
Hiperacidez estomacal sem causa aparente	3	2,4
Esqueceu coisas corriqueiras	26	20,8
Apresentou irritabilidade excessiva	34	27,2
Teve vontade de sumir	39	31,2
Sentiu que não vai conseguir lidar com o que está acontecendo	55	44
Pensa em um só assunto ou repete o mesmo assunto	54	43,2
Apresentou ansiedade	46	36,8
Apresentou distúrbio do sono	53	42,4
Sentiu cansaço ao levantar-se	37	29,6
Sentimento de incompetência	101	80,8
Sentiu que nada vale a pena	53	42,4
Ficou impaciente com coisas corriqueiras	104	83,2
Sentiu-se pressionado	51	40,8
Mal humorado	28	22,4
Perdeu o controle	37	29,6

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados da pesquisa. (*) múltipla escolha

Diante disso, cabe destacar que esses dados corroboram achados de investigações anteriores realizadas em outras regiões do Brasil. Dentre eles, está um estudo realizado em Brasília, com 234 pessoas desempregadas, segundo o qual os participantes vivenciam, com maior frequência e intensidade, sofrimentos vinculados “à baixa autoestima, estado de ânimo e humor reduzidos, estresse, ansiedade, sentimentos de vergonha, humilhação e distúrbios no sono” (BARROS; OLIVEIRA, 2009, p. 98). Tumolo e Tumolo (2004) e Cardoso (2004) também associaram o desemprego aos sentimentos de tristeza e de exclusão social, acarretando consequências sociais e psicológicas que geram uma fragilização na participação da estrutura social.

Para compreender esses aspectos, é preciso identificar o trabalho como aspecto de fundamental importância na vida psíquica do sujeito, na medida em que proporciona uma rede de trocas e interações sociais que irão mediar o desenvolvimento e a complementação da identidade (DEJOURS, 2008). Assim, o trabalho apresenta-se não apenas como gerador da necessária renda, mas também como espaço de construção de si, de um coletivo de trabalho, de relações sociais e, principalmente, de reconhecimento. A ausência desse espaço e de suas múltiplas possibilidades pode apresentar intensas vivências de sofrimento e de adoecimento. Além disso, para Dejours (2006), o desemprego pode gerar um processo de dessocialização gradativa, fazendo com que o sujeito perca o seu lugar social.

Para Robert Castel (1997), também as transformações do mundo do trabalho resultaram em um processo de vulnerabilidade social, decorrência não apenas de uma constante ausência ou estado de faltas (alimentação, moradia, saúde, educação, etc.), mas principalmente do efeito de dois vetores. O primeiro seria um eixo da integração ou não integração pelo trabalho; e o segundo, um eixo da inserção ou não inserção em uma sociabilidade sócio familiar. Enquanto no eixo relacional a possibilidade de inserção está vinculada a uma sólida rede de solidariedade, no eixo do trabalho existe a integração, mas igualmente a precarização e a exclusão (desemprego) e é no cruzamento destes dois eixos que zonas diferenciadas de espaços sociais são produzidas. O autor deixa claro que a relação entre a falta de trabalho, isolamento social e exclusão social e a desfiliação possui uma estreita relação com o sofrimento social.

Ao serem questionadas se a situação de desemprego afetou a sua qualidade de vida, 64,8% afirmaram que sim, enquanto 58,4% acreditavam que a sua qualidade de vida, em função de todos os aspectos que compõem sua vida, inclusive o desemprego, era ruim.

Tabela 5: Distribuição das investigadas em relação à avaliação da qualidade de vida frente ao desemprego

VARIÁVEIS	N	(%)
Você acha que o desemprego afetou sua qualidade de vida?		
Sim	81	64,8
Não	44	35,2
Como você avalia sua qualidade de vida considerando todos os aspectos da sua vida, inclusive o desemprego.		
Muito Ruim	0	0
Ruim	73	58,4
Nem Ruim nem Boa	44	35,2
Boa	8	6,4
Muito Boa	0	0

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados da pesquisa.

A expressão 'qualidade de vida' engloba múltiplos aspectos das experiências de um indivíduo e compreende diversos fatores, entre os quais estão as dimensões físicas e emocionais. Para Castellón e Pino (2003), a qualidade de vida é constituída por vários componentes, que podem ser agrupados em: a) bem-estar físico; b) bem-estar material; c) bem-estar social; d) desenvolvimento e atividade; e e) bem-estar emocional.

Conforme Forattini (2004), qualidade de vida é um conceito difícil de ser definido, sendo, por isso, mais difícil ainda de ser medido. De acordo com o autor, para estimar a qualidade de vida, aventa-se o emprego de vários dados dos quais resultariam medidas que, de forma genérica, podem ser definidas como objetivas e subjetivas.

Por ser também de caráter subjetivo, a qualidade de vida apresenta-se de forma diferente de pessoa para pessoa, pois depende do entendimento que cada uma tem sobre o assunto e do sentido que dá à sua vida. Sendo assim, qualidade de vida pode ser compreendida como a percepção de bem-estar resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano (MONTEIRO et al., 2010; LANDEIRO et al., 2011).

Quanto ao valor implícito dos resultados obtidos dessa percepção (bom ou ruim), é possível afirmar que, ao serem questionadas a respeito do desemprego e sua relação com o seu bem-estar (qualidade de vida), todos os aspectos da sua vida foram considerados e não apenas o econômico. Contudo, percebe-se que a situação de desemprego atual exerce influência direta sobre as possibilidades frente à própria vida, uma vez que 60,8% afirmaram que o principal plano para o futuro é conseguir um emprego.

Possivelmente a baixa avaliação quanto à qualidade de vida esteja relacionada ao fato de que, sendo o trabalho algo central na vida das pessoas, quando se perde o emprego e a situação de desemprego se mantém ao longo de meses, há uma perda de referências; o desemprego torna-se um peso e traz um sentimento de culpa e de fracasso individual. Além disso, em uma sociedade pautada nas relações de produção e consumo, o sofrimento do sujeito em situação de desemprego também está relacionado à "inutilidade" produtiva, na medida em que contraria a lógica exigida pelo sistema capitalista (OLIVEIRA; MENDES, 2014). A partir das informações coletadas e processadas, é possível afirmar que o desemprego se relaciona intrinsecamente com o sofrimento e estar desempregado pode significar não só uma quebra na estabilidade econômica, mas uma exposição de cada uma diante de si e da sociedade (TERRA et al., 2016), colocando em risco a saúde física e mental.

4 Considerações Finais

Os resultados obtidos permitem reafirmar que a situação de desemprego impacta em todas as instâncias da vida humana, demandando análises não apenas econômicas, mas também sociais, psicológicas e culturais. Diante disso, considera-se que as mulheres entrevistadas estão em uma zona de desfiliação, forçadas a viver em uma situação de flutuação na estrutura social e, por não conseguirem um lugar estável no mundo do trabalho, as demais dimensões de suas vidas são afetadas. Do ponto de vista da saúde, destaca-se que 36% das participantes afirmaram que o desemprego causou algum tipo de problema e 35,2% declararam que os danos mais expressivos foram os psicológicos. Esses danos, cabe considerar, podem estar relacionados ao sentimento de incompetência diante das recusas de suas candidaturas e também às

vivências de sofrimento diante da situação de desemprego expressa por questões, como a impaciência com questões corriqueiras, o sentimento de incompetência e o pensamento em um só assunto. Nesse sentido, as participantes elegeram como principais sintomas a falta de sono e a tensão muscular.

Percebeu-se, portanto, como afirmam Coutinho e Graça (2004), que há relevância em traçar o perfil das mulheres desempregadas, uma vez que é a partir desses resultados que se pode pensar e quiçá propor ações concretas para minorar os sentimentos decorrentes da situação que vivenciam. Encarar o desemprego significa, muitas vezes, o difícil enfrentamento das incertezas e angústias decorrentes. Sendo assim, ressalta-se a necessidade de construção de políticas públicas de apoio às pessoas em situação de desemprego, atenuando o caráter de culpabilização dirigido a esses grupos. O desemprego é fruto de uma construção social e resultado das dinâmicas mutáveis do próprio sistema capitalista, que interage com aspectos históricos, políticos e econômicos, não podendo, logo, ser entendido a partir de um viés individual.

Finalmente, este estudo pode contribuir para a compreensão do contexto de desemprego das mulheres entrevistadas na região do Vale dos Sinos, tornando evidente a necessidade de novas investigações. Sugere-se *designs* de pesquisa que ampliem a amostra estudada e/ou aprofundem as dificuldades vivenciadas pelas mulheres, em formatos qualitativos, com recortes amostrais menores, em perspectiva de histórias de vida ou entrevistas narrativas, cercando o problema epistemologicamente, para melhor poder-se trabalhar suas causas e consequências.

Referências

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- ANTUNES, R. **O Continente do Labor.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BABBIE, E. R. **Métodos de pesquisas de Survey.** 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BALTAR, P. Emprego, política de emprego e política econômica no Brasil. Escritório da OIT no Brasil. 1 v. **Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n. 2.** Brasília: OIT, 2010.
- _____. Política econômica, emprego e política de emprego no Brasil. **Estudos Avançados.** v. 28, n. 81, mai/ago, 2014.
- BARROS, C. A.; OLIVEIRA, T. L. Saúde mental de trabalhadores desempregados. **Rev. Psicol., Organ. Trab.,** Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 86-107, jun. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572009000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 mai. 2019.
- BARROS, C.; OLIVEIRA, T.L. Saúde mental de trabalhadores desempregados. **Rev. Psicol., Organ. Trab.,** Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 86-107, jun. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572009000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 set. 2019.
- BARROS, R.; MOREIRA, A.S. Desemprego, autoestima e satisfação com a vida: estudo exploratório realizado em Portugal com beneficiários do Rendimento Social de Inserção. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho,** v. 15, n 2, p. 146-156, abr-jun 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v15n2/v15n2a05.pdf>. Acesso em: 18.jul.2019.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

- BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. Sistema Nacional de Emprego – SINE. Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/sistema-nacional-de-emprego-sine/>. Acesso em: 10 dez. 2019.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 jul. 2019.
- CABRAL, S. M. Territórios insólitos: o lixo, o trabalho e seus guardiões. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2015.
- CARDOSO, G. R. Estou desempregado, não desesperado: A vivência do desemprego para trabalhadores desempregados frequentadores do SINE de Florianópolis. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/87860/204234.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação. **Cadernos CRH**, v. 26, n. 27, p. 19-40, 1997. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664>. Acesso em: 28 nov. 2019.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 5 ed. Petrópolis: Vozes; 2015.
- CAVENAGHI, S CAVENAGHI, JED. **Mulheres Chefes de Família no Brasil: Avanços e Desafios**, Rio de Janeiro, ENS-CPES, 2018. Disponível em: http://www.funenseg.org.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf Acesso em: 2. Ago. 2019.
- CESIT/IE – UNICAMP **Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica**. Caderno 3, 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Caderno-3-web.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008. Disponível em: http://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_226208/lang--pt/index.htm. Acesso em: 22 jul. 2019.
- CHAVES, A. L.; TONI, M. De; KRELING, N.H. O mercado de trabalho da RMPA a partir dos anos 90: precarização e (re) estruturação em duas décadas de transformações. In: OCTAVIO A. C. CONCEIÇÃO, M.Z.G.; TERUCHKIN, S. U; FARIA, L. A. E (orgs.) A Evolução Social: Porto Alegre: FEE, 2010. **Evolução Social**, v. 3, 2010. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/3-decadas/detalhe.php?ref=04&vol=volume3>. Acesso em: 22 abr. 2019.
- COELHO-LIMA, F.; FREIRE COSTA, A.L; BENDASSOLLI, P.F. A produção científica da Psicologia brasileira acerca do desemprego. **Univ. Psychol.**, v. 12, n. 4, p. 1283-1299, 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-92672013000400022&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 jun. 2019.
- COUTINHO, M. C.; JACQUES, M. G.. Uma contribuição da psicologia para a análise das implicações do desemprego. **Revista Psico**, v. 35, n. 2, 161-167, 2004.
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; 2006.
- DEJOURS, C. **A avaliação do trabalho submetida à prova do real**. São Paulo: Blucher, 2008.
- FORATTINI, O. P. **Ecologia, epidemiologia e sociedade**. São Paulo: Artes Médicas - USP, 2004.
- FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 jul. 2019.
- GAUTIE, J. Da invenção do desemprego à sua desconstrução. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 67-83, 1998.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 June 2019.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=resultados>. Acesso em: 12 jul.2019

KALLEBERG, A, L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 21-30, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 jul. 2019.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 67-75

LANDEIRO, G. M. B. et al. Revisão sistemática dos estudos sobre qualidade de vida indexados na base de dados Scielo. **Ciência; Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 10, p. 4257-4266, 2011.

LEITE, E. P. C. **Representações sociais de idosos aposentados que permanecem ativos no mercado de trabalho**, Tese (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Programa Pós-Graduação Diversidade Cultural e Inclusão Social. Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2020.

MACHADO, C.,; NETO, V. P. The Labor Market Consequences of Maternity Leave Policies: Evidence from Brazil. Fundação Getúlio Vargas, 2016. Disponível em: https://portal.fgv.br/sites/portal.fgv.br/files/the_labor_market_consequences_of_maternity_leave_policies_evidence_from_brazil.pdf. Acesso em 13 dez.2019.

MARTINS, R. P. A produção calçadista em Novo Hamburgo e no Vale do Rio dos Sinos na industrialização brasileira: exportação, inserção comercial e política externa: 1969-1979. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.feevale.br/Tese/TeseRodrigoMartins.pdf>. Acesso em: 22 fev.2020.

MELO, M. da S. Programa Mulheres Mil no IFCE Campus de Limoeiro do Norte: uma análise da inserção no mercado de trabalho das egressas, possibilidade de protagonismo feminino ou um reforço do papel tradicionalmente destinado às mulheres? 2019. – Dissertação (Mestrado Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/48935/1/2019_dis_mdasmelo.pdf. Acesso em: 22 fev.2020.

MONTEIRO, Rosângela et al. Qualidade de vida em foco. **Rev Bras Cir Cardiovasc**, v. 25, n. 4, p. 568-574, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-76382010000400022&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 jun. 2019.

OLIVEIRA, R. A organização da indústria calçadista na Economia do Vale dos Sinos: estudo de caso no município de campo bom (1990 – 2015). **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189102/001086842.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 nov.2019

OLIVEIRA, J. N.; MENDES, A. M. Sofrimento psíquico e estratégias defensivas utilizadas por desempregados: contribuições da psicodinâmica do trabalho. **Temas psicol.** v. 22, n. 2, p. 389-399,2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 set. 2019.

OLIVEIRA, M. A. **Economia; Trabalho: textos básicos**. Campinas: UNICAMP IE, 1998.

OLIVEIRA, P. R. de; SCORZAFAVE, L. G.; PAZELLO, E. T. Desemprego e inatividade nas metrópoles brasileiras: as diferenças entre homens e mulheres. **Nova econ.**, v. 19, n. 2, p. 291-324, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/>

scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo**. Tendências 2018. Oficina Internacional del Trabajo – Ginebra: OIT, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2018/WCMS_631466/lang--es/index.htm. Acesso em: 24 jul.2019

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo**: Avance global sobre las tendencias del empleo femenino, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/dgreports/-/dcomm/-/publ/documents/publication/wcms_619603.pdf. Acesso em: 10 de dez. de 2019.

OSHIRO, F.; MARQUES, R. M. O conceito de desemprego e sua medição no século XX. **Textos; Contextos**, v. 15, n. 2, p. 293-307, 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/25347>. Acesso em: 23 jul. 2019.

KARSTEN, P.; MOSER, K. Unemployment impairs mental health: meta-analyses. **Vocat. Behav**, v. 74, n. 3, p. 264-82, 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0001879109000037?via%3Dihub>> Acesso em: 30 jul.2019.

POCHMANN, M. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. **Estud. av.**, v. 29, n. 85, p. 7-19, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 de jul.2019.

RIBEIRO, M. A. Psicose e desemprego: um paralelo entre experiências psicossociais de ruptura biográfica. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 10, n. 1, p. 75-91, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25810#:~:text=Como%20forma%20de%20refletir%20sobre,do%20desemprego%2C%20concluindo%20que%20esse>. Acesso em: 22 jul.2019

SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes**. Mito e realidade. 3. ed. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2013.

SCHNEIDER, E. M.; SPEROTTO, A. P. Q. O mercado de trabalho do Vale do Rio dos Sinos frente aos condicionamentos micro e macroeconômicos no período 1993-2006. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2313>. Acesso em: 10.dez.2019.

SOARES, C.; MELO, H.; BANDEIRA, L.. O trabalho das mulheres brasileiras: uma abordagem a partir dos censos demográficos de 1982 a 2010. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP. 2014. São Pedro. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: ABEP, 2014. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2187/2142>. Acesso em: 05 out.2019

TEIXEIRA, M. O.; KREIN, J. D. A Terceirização e o Trabalho Precário na Indústria: Percepção de Mulheres e Homens Terceirizados. In TEIXEIRA, M.O; ANDRADE, H, R; COELHO, E. D (ORGS). **Precarização e terceirização**: faces da mesma realidade. São Paulo: Sindicato dos Químicos, 2016.

TERRA, C. P. et al. Desemprego: discurso e silenciamento: um estudo com clientes de um serviço de aconselhamento psicológico. **Cad. psicol. soc. trab.**, v. 9, n. 1, p. 33-51, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172006000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jun. 2019.

TUMOLO, L. M.; TUMOLO, P. S. A vivência do desempregado: Um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. **Espaço Acadêmico**, n. 43, p. 1-13, 2004.

ZAMBONI, Marcio. Um modo de olhar para as diversas formas de diferença e desigualdade presentes na sociedade contemporânea. Dossiê Marcadores Sociais, **Sociologia Especial**, 2013. Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/2/2018/02/ZAMBONI_MarcadoresSociais.pdf. Acesso em: 12 fev.2020.

Submetido em: 05.05.2020

Aceito em: 19.06.2020